



KAROL WOJTYLA E A NORMA PERSONALISTA: O AMOR COMO AFIRMAÇÃO DO VALOR DA PESSOA

Emanuel Nilo da Silva Aires¹
Maria Vera Lúcia Pessoa Porto²

Resumo

A obra *Amor e responsabilidade* é um estudo ético do filósofo personalista polonês Karol Wojtyla que tematiza as relações humanas, mais especificamente a coexistência dos sexos, no campo sexual. Segundo o pensador, a função da moral sexual é elevar esta coexistência, assim como as manifestações oriundas desta, ao nível do amor que constitui atitude apta e válida para com a pessoa e se identifica com a afirmação de seu valor. A tendência sexual serve à existência da espécie e, como propriedade do homem, é sujeita à sua vontade. Por isso, as manifestações desta tendência devem ser avaliadas no plano do amor e os atos que despontam a partir dela são objetos de uma responsabilidade ética, mais especificamente, uma responsabilidade em relação à *pessoa*. O bispo polonês reconheceu o utilitarismo moderno como um dos aspectos característicos do espírito do homem contemporâneo e da sua atitude para com a vida. Este espírito permeia muitas realidades da vida humana, e não é indiferente ao enredo sexual. O autor empreende, então, uma análise esmiuçada do princípio da utilidade concebido por Jeremy Bentham encontrando problemas à sua axiologia e antropologia. A partir disto, discerne sua aplicação como nefasta à *dignidade da pessoa*. Apoiada nesta obra, esta pesquisa tem como finalidade explicitar a fundamentação wojtyliana de uma moral sexual que respeite e esteja em conformidade com a *pessoa*. O fundamento concebido pelo autor é a *norma personalista*, que será objeto de análise no que tange ao seu ordenamento axiológico e aos elementos antropológicos que a integram. Trata-se de uma pesquisa em filosofia com metodologia de cunho bibliográfico, portanto, uma pesquisa qualitativa que se propõe a uma revisão bibliográfica acerca da moralidade sexual em Karol Wojtyla.

Palavras-Chave: Karol Wojtyla. Ética sexual. Amor e Responsabilidade. Norma Personalista.

¹ Discente do curso de Licenciatura em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Email: emanuel_nilo@hotmail.com

² Doutora em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB e professora do curso de Licenciatura em Filosofia na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Email: veraluciapessoaporto@gmail.com



I SEMANA NACIONAL DE
TEOLOGIA, FILOSOFIA E
ESTUDOS DE RELIGIÃO

I COLÓQUIO FILOSÓFICO:
Filosofia e Religião



Religião em Movimento:

Diálogo entre Teologia, Filosofia e Ciências no Século XXI

ST 1: TEOLOGIA, FILOSOFIA E EDUCAÇÃO

90

INTRODUÇÃO

Karol Wojtyła foi um bispo polonês que ficou conhecido mundialmente após ser eleito para governar a Igreja Católica no ano de 1978, sob o nome de papa João Paulo II. Sua relevância intelectual consiste principalmente nos estudos de Filosofia e Teologia. Em ambas se destaca pelas contribuições no que tange à moralidade e à antropologia. Seu personalismo tem como principais pressupostos o tomismo e a fenomenologia dos valores de Max Scheler. Em 1960, publicou a primeira edição da obra *Amor e Responsabilidade*. Trata-se de um estudo ético marcado por um desenvolvimento analítico que tematiza as relações humanas, mais especificamente a coexistência dos sexos, no campo sexual. Segundo Wojtyła (2016, p. 44), a função da moral sexual é elevar esta coexistência, assim como as manifestações oriundas desta, ao nível do amor.

Apoiada nesta obra, esta pesquisa tem como finalidade explicitar a fundamentação wojtyliana de uma moral sexual que respeite e esteja em conformidade com a *pessoa*. O fundamento concebido pelo autor é a *norma personalista*, que será objeto de análise no que tange ao seu ordenamento axiológico e aos elementos antropológicos que a integram. Trata-se de uma pesquisa em filosofia com metodologia de cunho bibliográfico, portanto, uma pesquisa qualitativa que se propõe a uma revisão bibliográfica acerca da moralidade sexual em Karol Wojtyła.

O trabalho se desdobrará num primeiro momento apresentando o ser humano como *pessoa*, que se constitui a partir de uma *vida interior*. Partindo disto, analisaremos a consistência do *valor da pessoa*. Depois, será apresentada a *norma personalista* em sua constituição seguindo com a análise wojtyliana da antropologia e axiologia utilitaristas. Nas considerações finais, os efeitos dados aos princípios, utilitarista e personalista.



I SEMANA NACIONAL DE
TEOLOGIA, FILOSOFIA E
ESTUDOS DE RELIGIÃO

I COLÓQUIO FILOSÓFICO:
Filosofia e Religião



Religião em Movimento:

Diálogo entre Teologia, Filosofia e Ciências no Século XXI

ST 1: TEOLOGIA, FILOSOFIA E EDUCAÇÃO

91

1 A PESSOA

É interessante refletir que toda concepção moral, desde seus fundamentos, é constituída de uma concepção de homem. Assim, os princípios morais³ são edificados numa antropologia. A intenção aqui não é aprofundar a antropologia personalista de Karol Wojtyła, mas, partindo de alguns elementos personalistas, desenvolver o problema moral com o qual nos comprometemos. Partiremos da distinção do homem em relação aos demais seres, ou seja, das coisas, e dos indivíduos animais.

O que distingue, primeiramente, o homem dos outros seres de estrutura objetiva é o fato dele ser objetivamente “alguém”. De “coisa”, em sentido específico, entende-se “[...] um ser não só sem razão, mas também sem vida; [...] é um objeto inanimado[...].” (WOJTYLA, 2016, p. 15). Neste rumo em que os conceitos se estreitam, cria-se uma resistência por parte do intelecto em identificar os animais, e mesmo as plantas, como meramente “coisas”. Para distinguir o homem do mundo animal, aplica-se uma palavra:

[...] O termo “pessoa” foi escolhido para sublinhar que o homem não se deixa encerrar na noção de “indivíduo da espécie”; porque há nele alguma coisa a mais, uma plenitude e uma perfeição de ser particulares, que não se podem exprimir senão empregando a palavra “pessoa” (WOJTYLA, 2016, p. 16).

O fator que demarca a fronteira desta distinção é a racionalidade. Em nenhum outro ser encontramos sinal de pensamento conceitual, senão no homem. “É isto que, no conjunto dos seres objetivos, distingue a “pessoa” e constitui a sua particularidade” (WOJTYLA, 2016, p. 16). Esta natureza racional a constitui também como “um sujeito único no seu gênero” e assim “a pessoa, enquanto sujeito, se

³ Princípio moral é a norma que fundamenta uma concepção moral e da qual depende todo o corpo normativo. Os princípios são constituídos de uma visão acerca da natureza humana e também da relação do legislador ou do adepto com um determinado ordenamento de valores, este ordenamento na ética é objeto de uma axiologia.



I SEMANA NACIONAL DE
TEOLOGIA, FILOSOFIA E
ESTUDOS DE RELIGIÃO

I COLÓQUIO FILOSÓFICO:
Filosofia e Religião



Religião em Movimento:

Diálogo entre Teologia, Filosofia e Ciências no Século XXI

ST 1: TEOLOGIA, FILOSOFIA E EDUCAÇÃO

92

distingue dos animais, mesmo dos mais complexos, pela sua *interioridade*, em que se concentra uma vida que lhe é própria, a sua vida interior” (WOJTYLA, 2016, p.16). Esta vida interior determina também o modo particular de seu relacionamento com o mundo exterior, pois é por ela que esta comunicação se realiza, sem se reduzir apenas a uma comunicação física (como é o caso das coisas) e sensitiva, onde se restringe a vida animal. Comentando a respeito, contribui Paulo Cesar da Silva sobre esta relação que é determinada pela pessoa, que é sujeito agente, a partir da afirmação de seu próprio “eu”:

[...] Outra distinção significativa do homem-pessoa, ao receber a realidade externa e manifestar uma reação espontânea e mesmo mecânica, consiste em empenhar-se para afirmar o próprio *eu*. Ele procura, então, a autodeterminação que se fundamenta na reflexão e escolhe o que pretende fazer, o que manifesta a reflexão. Revela-se aqui a faculdade denominada *livre arbítrio*. A natureza humana é, de fato, essencialmente distinta dos seres animais. O homem-pessoa é senhor de si mesmo, incomunicável, inalienável e capaz de autodeterminação. O ato de vontade de cada pessoa é insubstituível por qualquer outro ato que não seja o dela. Cada ser humano é único e irrepetível e nisto se assemelha com a pedra, a planta e o animal. O homem é sujeito e objeto da ação. [...] (SILVA, 2001, pp. 85 – 86).

Considerando outra propriedade de sua natureza, evoquemos o *impulso* ou *tendência sexual*. Levando em conta o papel determinante deste(a) para perpetuação da espécie⁴, resta-nos dispor do pensamento do filósofo acerca da influência deste impulso sobre a liberdade do homem. Wojtyla distingue *instinto sexual* de *impulso sexual*, sendo o primeiro, um fenômeno do mundo dos animais que se caracteriza como “um modo de agir espontâneo, não subordinado à reflexão” (WOJTYLA, 2016, p. 39). No animal, trata-se de uma determinação biológica, enquanto o *Impulso sexual*, propriedade da pessoa, não é determinante da origem

⁴ “[...]O gênero humano só pode ser conservado na sua existência, com a condição de que os casais humanos estejam sujeitos ao impulso sexual. Isto [...] fornece matéria ao amor das pessoas. Mas isto tem efeito (se considerarmos a finalidade do impulso) apenas marginalmente, *per accidens*, porque o amor das pessoas é essencialmente, *per se*, obra do livre arbítrio.” (WOJTYLA, 2016, p. 45)



ST 1: TEOLOGIA, FILOSOFIA E EDUCAÇÃO

93

ao fim do ato. Isto significa que o homem é inocente quanto a gênese deste impulso, entretanto, a partir daí o desenvolvimento da ação está submetido à sua autodeterminação, à sua vontade. Sendo assim, “as manifestações deste impulso devem ser avaliadas no plano do amor, e os atos, que daí derivam são objeto de uma responsabilidade[...]” (WOJTYLA, 2016, p. 44).

Conforme constatamos a partir das palavras de Paulo Cesar Silva, temos posto a noção que, no enredo sexual, constituído pela coexistência dos sexos, sobretudo nas relações sexuais, imprescindivelmente, tanto o sujeito como o objeto da ação são pessoas, sendo o sujeito aquele que dirige a sua ação para um objeto.

2 O VALOR DA PESSOA HUMANA

Wojtyla inicia a obra *Amor e responsabilidade* considerando que o mundo está repleto de “objetos” (2016, p. 15). Assim ele manifesta uma dupla intenção: primeiro referencia esta palavra em sentido de “ser objetivo”. Depois, tendo em vista que “objeto” mais propriamente significa aquilo que está em relação com um sujeito, a sua terminologia, conforme explica Silva (2001, pp. 84 – 85),

[...] tem em vista afirmar que a realidade fora do sujeito tem consistência independente e não deve ser entendida de *modo puramente subjetivo*. Karol Wojtyla quer evitar o subjetivismo e afirmar o realismo. A experiência pertence à objetividade do homem. Ele experiencia *algo* ou *alguém*. O subjetivismo, compreendido como *pura consciência*, é negado pela experiência no processo de conhecimento do homem. Desta forma, *cada sujeito, sendo alguém ou algo objetivo, é ao mesmo tempo um ser objetivo*.

A estrutura objetiva que constitui o ser-pessoa implica a noção do valor objetivo deste ser. Wojtyla (2016, p. 115) considera conveniente “distinguir claramente o valor da pessoa dos diversos valores presentes nela, valores inatos ou adquiridos inerentes à complexa estrutura do ser humano”. Isto significa que existe uma dignidade intrínseca à estrutura ontológica da pessoa. Não iremos nos deter



ST 1: TEOLOGIA, FILOSOFIA E EDUCAÇÃO

nesta missão distintiva, mas queremos a partir disto afirmar *o princípio da afirmação da pessoa pelo simples fato de ser pessoa*.

3 A NORMA PERSONALISTA

Chegamos então ao momento da análise da *norma personalista*, princípio do qual depende toda o sistema ético de Karol Wojtyła. No colóquio *Cruzando o limiar da esperança*, encontra-se:

[...] em *Amor e responsabilidade*, [...] formulei o conceito de *norma personalista*. Tal norma é a tentativa de traduzir o mandamento do amor na linguagem da ética filosófica. [...] Nós somos justos no tocante a uma pessoa se a amamos: isto vale tanto para Deus como também para os seres humanos [...] (JOÃO PAULO II, 1994, p. 186).

A norma personalista, se apresenta por dois conteúdos: “em seu conteúdo negativo, revela que a pessoa é um bem que não se coaduna com a utilização, visto que não pode ser tratado como objeto de prazer, e portanto como um meio” (WOJTYLA, 2016, p. 35). E ao positivo, enuncia que “a pessoa é um bem tal que só o amor pode ditar a atitude apta e válida a seu respeito” (WOJTYLA, 2016, p. 35).

É justo perguntar em que consiste mais precisamente este *amor para com a pessoa*. Podemos dizer que o amor se constitui como *uma atitude contrária à utilização*, que reduz a pessoa a um simples objeto. Um ato movido pelo critério da *utilidade (bonum utile)* constitui uma *redução intencional* da pessoa, considerando-a distinta da objetividade de sua estrutura ontológica e conseqüentemente da objetividade que constitui a sua *dignidade*⁵, que é o *valor da pessoa*, inerente àquela.

⁵ “Age ‘de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca [...] simplesmente como meio” (KANT, 2007, p. 69). Immanuel Kant, adversário convicto do utilitarismo moderno contemporâneo a ele, na *Fundamentação da metafísica dos costumes*, já firmara as bases acerca da *dignidade humana*. É importante ressaltar que a filosofia de Karol Wojtyła não é kantiana. Mesmo patente no conteúdo



ST 1: TEOLOGIA, FILOSOFIA E EDUCAÇÃO

O fundamento wojtyliano é formulado como *um critério composto* de justificação do mandamento do amor, qual fórmula exata é: “Ama a pessoa”. De certo modo podemos dizer que este *critério composto* determina a forma justa de relação para com a pessoa. Esta composição é constituída pelo critério de *honestidade (bonum honestum)*, mas não somente. Wojtyla (2016, pp. 35 – 36) expressa que

“[...] a honestidade, como base da norma personalista, supera a utilidade (que o utilitarismo admite como único princípio), mas não a rejeita, coloca-a em segundo plano: tudo o que é honestamente útil nas relações com a pessoa está incluído no mandamento do amor”.

Em *Memória e identidade*, o papa João Paulo II (2005, p. 49) reflete à luz da *estrutura objetiva das ações humanas*: “[...] O homem [...] quando escolhe, ele o faz sempre à luz de um critério; e este pode ser a bondade objetiva ou, ao invés disso, o benefício em sentido utilitarista. [...]”. No tocante a *bondade objetiva*, o papa se refere ao conceito metafísico de *bonum honestum*, isto é, do *bem justo*; enquanto àquele, ao significado de *bonum utile*, ou seja, o *bem útil*. Ora, enquanto sujeito livre, a pessoa age escolhendo um bem que se torna o fim de sua ação: “[...] se o sujeito escolhe um *bonum honestum*, o seu fim conforma-se com a própria essência do objeto da ação e, por isso, é um fim honesto. Por sua vez, quando o objeto da escolha é um *bonum utile*, então o fim é o proveito que daí deriva para o sujeito [...]” (JOÃO PAULO II, 2005, p. 49). Para o utilitarismo moderno, o fim premeditado é sempre a utilidade, e seu sistema moral tende a engessar sua maximização às dimensões individual e corporativa (BENTHAM, 1989, p. 10).

Neste sistema ético, a pessoa é fundamentalmente *um sujeito que experimenta*, prazer ou desprazer. Wojtyla (2016, p. 29), por sua vez, vai identificar muitas falhas no sistema moderno do utilitarismo enquanto programa prático de

negativo da norma personalista, sua influência “é apenas colateral e não estrutural [...]” (BURGOS, 2018, p. 31). Conforme já dissemos os pressupostos wojtylianos são tomismo e a fenomenologia.



I SEMANA NACIONAL DE
TEOLOGIA, FILOSOFIA E
ESTUDOS DE RELIGIÃO

I COLÓQUIO FILOSÓFICO:
Filosofia e Religião

Religião em Movimento:

Diálogo entre Teologia, Filosofia e Ciências no Século XXI



ST 1: TEOLOGIA, FILOSOFIA E EDUCAÇÃO

96

conduta. O polaco releva estas falhas como oriundas de um problema antropológico: “[...] o seu modo de considerar o homem não lhe permite descobrir nele a sua evidente complexidade: a matéria e o espírito, dois elementos constitutivos de um só ser-pessoa, que deve toda a sua especificidade à sua alma espiritual”. O bispo concebe que o prazer se origina na natureza humana como diferente da natureza animal, visto que aquele tem como propriedade uma vida espiritual, ou ainda, uma vida interior. Desta forma, afirma o autor que o prazer ou a dor, no homem, forma-se em graus e é um fenômeno pessoal:

[...] Os elementos e os estados emocionais afetivos, que de tanta importância se revestem na vida interior do homem, têm sempre um aspecto positivo ou negativo, ou, em outras palavras, uma carga interior positiva ou negativa. A carga positiva é o prazer; a carga negativa, a dor. Conforme o caráter da experiência emocional afetiva à qual se liga, o prazer assume formas ou matizes diversos e torna-se saciedade sensual, ou satisfação afetiva, ou grande ou profundo deleite. O sofrimento depende, por sua vez, do caráter da emoção afetiva que o provocou, e se manifesta sob diversas formas, graus ou matizes, como por exemplo a contrariedade sensual, a insatisfação afetiva ou, enfim, uma profunda tristeza (WOJTYLA, 2016, p. 26).

Em sua concepção do homem como pessoa dotada de interioridade, Karol Wojtyla tem em conta a necessidade de uma reflexão acerca da *natureza do prazer* como fator a ser considerado dentro da problemática moral. Procedendo nesta reflexão, o bispo conclui que a natureza do prazer, possibilidade da natureza humana, manifesta-se em cada indivíduo de modo diferente e isto é desconsiderado pelo utilitarismo moderno. Partindo disto, problematiza o critério de utilidade denunciando a natureza imoral de um procedimento que considera alguém, isto é, uma pessoa, apenas como um meio, sem elevá-lo a categoria de fim. Ora, ainda assim, é válido questionar: na vida sexual é possível tomar outra pessoa como meio e fim de minha ação? A resposta é não, caso o critério escolhido seja exclusivamente o utilitário. Isto porque o prazer sexual concedido a alguém como se fosse um fim, não passaria de uma espécie de troca; logo, o que se busca é ainda o



I SEMANA NACIONAL DE
TEOLOGIA, FILOSOFIA E
ESTUDOS DE RELIGIÃO

I COLÓQUIO FILOSÓFICO:
Filosofia e Religião

Religião em Movimento:

Diálogo entre Teologia, Filosofia e Ciências no Século XXI



ST 1: TEOLOGIA, FILOSOFIA E EDUCAÇÃO

97

benefício próprio. Ou seja, revela-se ainda como uma atitude egoísta que busca sempre seu proveito, ainda que concedendo favores deleitáveis ao objeto de sua ação. Wojtyła é ciente da gravidade que este critério comporta frente aos diversos setores da vida, particularmente o campo sexual:

[...] o princípio do máximo de prazer (de “felicidade”) para a maior quantidade possível de pessoas implica uma profunda contradição interna. O prazer por sua própria essência, não é um bem atual e refere-se somente a um determinado sujeito, não é um bem transubjetivo. Enquanto este bem for considerado a única base da norma moral, não se pode esperar ir além dos limites *do que é bom só para mim* (WOJTYLA, 2016, pp. 31 – 32).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, manifesta-se a contradição interna do sistema utilitarista, que parte de um problema antropológico e repercute na sua axiologia. Não sendo essencialmente um bem atual, mas um elemento da subjetividade, infere-se a impossibilidade de o racionalizar como objeto de um cálculo, como pretendeu Bentham em seu sistema. Logo, no campo da sexualidade, os adeptos do utilitarismo devem confessar: “É necessário que eu me considere a mim mesmo como instrumento e meio, já que assim considero o outro” (WOJTYLA, 2016, p. 33). Sendo assim, os esforços referentes a tentativa de subtrair a pessoa-objeto da redução utilitária, projetando-a para além de um simples meio para um fim, ou seja, tratando-a simultaneamente como meio e fim da ação, alargam-se agora também à pessoa-sujeito. Por outro lado, explanando um outro conceito, de *bonum delectabile* (*bem agradável*), a fim de manifestar as vantagens da integração ocorrida à norma personalista entre justiça e utilidade, este bem se manifesta em cada um dos critérios de forma diferente. Ao *bem justo*, a alegria do bem; ao *bem útil*, no emprego anglo-saxão, o bem-estar, o prazer e a felicidade (JOÃO PAULO II, 2005, p. 47). Nesta integração personalista assegura-se uma vantagem: pode-se concluir disto



I SEMANA NACIONAL DE
TEOLOGIA, FILOSOFIA E
ESTUDOS DE RELIGIÃO

I COLÓQUIO FILOSÓFICO:
Filosofia e Religião



Religião em Movimento:

Diálogo entre Teologia, Filosofia e Ciências no Século XXI

ST 1: TEOLOGIA, FILOSOFIA E EDUCAÇÃO

98

que a afirmação da *dignidade humana* edifica as pessoas na virtude do amor, “[...] de um amor sempre disposto a conceder a todo homem o que lhe pertence a título de pessoa[...].” (WOJTYLA, 2016, p. 37). A *afirmação do valor da pessoa* ressignifica o gozo no contexto sexual, e sendo seus atos virtuosos, a pessoa humana se edifica. Ou seja, o bem realizado aperfeiçoa a natureza humana, conforme explica Paulo C. da Silva (2001, pp. 83 – 85): “[...] a ética [...] não diz respeito, unicamente, à realidade individual. Ela compromete o ser pessoal na convivência com os outros seres humanos o que, no pensamento wojtyliano, chama-se *participação*.”

REFERÊNCIAS

BENTHAM, Jeremy. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo. Ed. Nova Cultural, 1989. – (Os Pensadores)

BURGOS, Juan Manuel. **Introdução ao personalismo**. Trad. Maria Isabel Gonçalves São Paulo: Cultor de Livros, 2018.

JOÃO PAULO II, Papa. **Memória e Identidade**: colóquio na transição do milênio. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

_____. **Cruzando o limiar da esperança**. Tradução: Antônio Agonese e Ephraim Ferreira Alves. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1994.

KANT, I. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Trad: Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007.

SILVA, Paulo Cesar da. **A ética personalista de Karol Wojtyła**: ética sexual e problemas contemporâneos. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2001.

WOJTYLA, Karol. **Amor e Responsabilidade**. Tradução: Manuel Alves da Silva. São Paulo: Cultor de Livros, 2016.